

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVIS  
REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE  
FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E  
DEZOITO**

Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezoito realizou-se, com início às vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Avis, com a seguinte ordem de trabalhos:

**1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**

**2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

**A) INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, do RJAL, publicado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação);**

**B) REDE PORTUGUESA DE MUNICÍPIOS SAUDÁVEIS / ADMISSÃO;**

**C) CONTRATOS INTER-ADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM AS FREGUESIAS;**

**D) NOMEAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC);**

**E) REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2018 (n.º 1);**

**F) ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - CHEFE DE DIVISÃO MUNICIPAL (DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL) / PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DO JÚRI;**

**G) PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2018;**

**H) FUTURO DO ENSINO PROFISSIONAL NO CONCELHO DE AVIS.**

**3 – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**

PRESENCAS

MEMBROS EFETIVOS:

Manuel Maria Libério Coelho, Sílvia Susana Lopes Pereira Feliz, José Manuel Ferreira Correia, Rui Miguel Delicado Nunes, Maria Leonor Maia Xavier, José da Silva Rodrigues Ribeiro, Maria de Jesus Anania Paulo Mirão, Elvira de Jesus Beira Traquinas da Costa, Pedro Miguel Bartolomeu Canhoto, José Ramiro da Silva Caldeira, Sérgio Manuel Carmelo de Brito, Maria Vitória Nobre Casqueiro Ramos, António Joaquim Proença Mota Primo, Rui Manuel Varela Barrento Henriques, António José Lopes Carreiras, Anabela Calhau Pires, Joaquim João Piçarra Lageira, Fábio André da Conceição Serrano, Jorge Martins Cortes Borlinhas e Rui Pedro de Sousa Camilo.

SUBSTITUIÇÕES:

Nos termos dos artigos 78.º e 79.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na sua atual redação: Maria de Lurdes França Deodato em substituição do membro Tiago José Damião Antunes

### REPRESENTAÇÃO DA CÂMARA

Em representação da Câmara Municipal de Avis estiveram presentes os Senhores, Presidente, Nuno Paulo Augusto da Silva, e Vereadores, Inês Filipe Pereira da Fonseca, António Luís Marques e Manuel João Casaca Ribeiro.

### FALTAS

Faltou a esta sessão o Senhor Vereador João Manuel Alcario Rato.

### 1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

#### A) ATA DA SESSÃO ANTERIOR

Foi posta à aprovação a ata da sessão ordinária realizada no dia 21 de Dezembro de 2017, a qual foi previamente distribuída a todos os membros.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por maioria de vinte votos a favor e uma abstenção da membro eleita pelo PS, Maria de Jesus Anania Paulo Mirão, aprovar a referida ata.

A abstenção acima referida foi fundamentada no facto desta membro não ter estado presente na sessão a que a ata se reporta.

#### B) LIMPEZA DE TERRENOS E EDIFÍCIOS EM ESTADO DE ABANDONO / BENAVIDA

O membro José Ribeiro referiu que, na zona envolvente de Benavila, há terrenos a necessitar de limpeza. Julga que se deveria notificar os proprietários dos terrenos para fazer a respetiva limpeza. Referiu ainda, que existe um conjunto de edifícios abandonados que, para além de “estrangulamentos”, podem constituir perigo para quem circula na via pública.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que irá verificar junto do DOUSU e do GTF no sentido de notificar os proprietários para proceder à limpeza dos terrenos em questão. Respondeu ainda, que, junto do DOUSU, irá apurar a situação e indagar a adoção de eventuais medidas quanto aos referidos imóveis.

#### C) PRIVATIZAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO

O membro Rui Henriques referiu que teve conhecimento de que está prevista a privatização do Parque de Campismo. É verdade?

O Senhor Presidente da Câmara informou que não está prevista a privatização do Parque de Campismo. Está, sim, a avaliar-se a possibilidade de estabelecer parcerias com outras entidades que poderão trazer novos utentes ao Parque.

#### D) CAMINHO JUNTO AO DESCARREGADOR DA ALBUFEIRA DO MARANHÃO

O membro Rui Nunes referiu que a estrada de acesso ao descarregador da Albufeira do Maranhão fica submersa quando chove, tornando-se intransitável. Qual é a posição do Município em relação a esta questão?

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que tem conhecimento da situação. Informou que têm sido feitas várias intervenções, mas, como é uma estrada com constantes problemas de escoamento, quando chove, não fica nas melhores condições. Por questões de segurança irão ser verificadas outras possibilidades de melhoria da estrada.

## 2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### A) INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, do RJAL (Regime Jurídico das Autarquias Locais), publicado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, a Assembleia tomou conhecimento da atividade municipal, no período de tempo que decorreu entre a última e a presente sessão ordinária da Assembleia, através de informação escrita prestada pelo Senhor Presidente da Câmara.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia tomou conhecimento.

### B) REDE PORTUGUESA DE MUNICÍPIOS SAUDÁVEIS / ADMISSÃO

Pela Câmara Municipal foi presente proposta para admissão do Município de Avis como associado da Associação de Municípios Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis (RPMS), cuja quota anual, no caso do Município, será de 562,11€ com aplicação no ano de 2018.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar o Município de Avis a solicitar a sua admissão como associado da Associação de Municípios Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis (RPMS).

### C) CONTRATOS INTER-ADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM AS FREGUESIAS

Pela Câmara Municipal foi presente proposta para celebrar Contratos Inter-Administrativos que têm por objeto a delegação de competências nas Freguesias, nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por maioria de dezasseis votos a favor e cinco abstenções dos membros eleitos pelo PS, Rui Miguel Delicado Nunes, Maria de Jesus Anania Paulo Mirão, José Ramiro da Silva Caldeira, Rui Manuel Varela Barrento Henriques e Maria de Lurdes França Deodato, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

### D) NOMEAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)

Pela Câmara Municipal foi presente proposta para nomear o Auditor Externo (Revisor Oficial de Contas), Marques, Cruz & Associado, SROC, Lda., com sede em Marinha Grande, de acordo com o disposto no artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, para certificação legal das contas do Município de Avis, durante o decurso do presente mandato, bem como autorizar a assunção dos respetivos encargos plurianuais.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por maioria de catorze votos a favor, seis votos contra dos membros eleitos pelo PS, Rui Miguel Delicado Nunes, Maria de Jesus Anania Paulo Mirão, José Ramiro da Silva Caldeira, Rui Manuel Varela Barrento Henriques, Rui Pedro de Sousa Camilo e Maria de Lurdes França Deodato, e uma abstenção do membro eleito pelo PPD/PSD, Sérgio Manuel Carmelo de Brito, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

E) REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2018 (N.º 1)

Pela Câmara Municipal foi presente a seguinte proposta de revisão:

- Modificação número dois, alteração ao orçamento da despesa número dois, no valor de 8.000,00€ (oito mil euros), nas inscrições/reforços e nas diminuições/anulações.

- Modificação número dois, revisão ao plano de atividades municipais número um, no valor de 8.000,00€ (oito mil euros), nas inscrições/reforços e nas diminuições/anulações.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

F) ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - CHEFE DE DIVISÃO MUNICIPAL (DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL) / PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DO JÚRI

Pela Câmara Municipal foi presente proposta para composição do júri do procedimento concursal para recrutamento de um lugar de dirigente intermédio de 2.º grau – Chefe de Divisão Municipal (Divisão de Administração Geral):

- Presidente  
. Personalidade de reconhecido mérito profissional a designar pela Universidade de Évora;

- Vogais efetivos  
. Chefe de Divisão Municipal do Município de Mora;  
. Personalidade de reconhecido mérito profissional cujo desempenho da atividade é na área jurídica;

- Vogais suplentes  
. Chefe de Divisão Municipal da Divisão de Desenvolvimento Sociocultural e Turismo do Município de Avis;

. Diretor de Departamento do Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos do Município de Avis;

- É ainda designado o 1.º vogal efetivo para substituir o Presidente do Júri, nas suas faltas ou impedimentos.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

G) PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2018

Pela Câmara Municipal foi presente proposta de alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2018, a qual se traduz na criação dos seguintes postos de trabalho:

a) Trabalhadores a contratar por tempo indeterminado (ao abrigo da Lei n.º 112/2017, de 29 de Dezembro)

- Carreira/categoria de Assistente Operacional – 4

- Carreira/categoria de Assistente Técnico – 1

- Carreira/categoria de Técnico Superior – 3

b) Trabalhadores a contratar em comissão de serviço/direção intermédia de 2.º grau - Chefe de Divisão Municipal

- Carreira/categoria de Dirigente – 1

c) Trabalhadores a colocar em situação de mobilidade – Carreiras de regime geral

- Carreira/categoria de Técnico Superior – 5

d) Trabalhadores a colocar em situação de mobilidade – Carreiras não revistas

- Carreira/categoria de Especialista de Informática/Especialista de Informática grau 1 - nível 2 – 1.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

#### H) FUTURO DO ENSINO PROFISSIONAL NO CONCELHO DE AVIS

O assunto em título foi colocado pelos membros eleitos pelo PS, tendo sido feitas as seguintes intervenções:

a) O membro Rui Nunes afirmou que, no presente ano letivo, existem apenas duas turmas a funcionar na Escola Profissional Abreu Callado, constando que, a manter-se esta situação, a mesma vai encerrar. Disse que a situação é do conhecimento do Senhor Presidente da Câmara, tendo em conta que alguns dos alunos que frequentam/concluíram o ensino na EPAC, estagiam/trabalham no Município. Referiu que, em 2016/2017, no Alentejo, a EPAC ficou em primeiro lugar ao nível do ensino profissional. Que diligências têm sido feitas para resolver esta questão? Qual a posição do Município de Avis relativamente ao ensino profissional?

O Senhor Presidente da Câmara referiu que a Escola Profissional Abreu Callado tem desenvolvido um trabalho positivo ao nível dos conteúdos e das competências dos alunos. Comunicou que o Município já solicitou uma reunião à EPAC para saber quais são as suas intenções em relação aos cursos profissionais para o ano letivo 2018/2019.

O membro Rui Henriques declarou que, se, em Avis há ensino secundário, é porque existe a Escola Profissional Abreu Callado. A Escola oferece alojamento e cantina, benefícios que possibilitam maior número de alunos. Referiu que a questão passa, também, pela tomada de uma posição, como aconteceu com os CTT e o Tribunal. Afirmou que se está a passar de uma situação de importação para uma de exportação de alunos.

O membro José Ramiro Caldeira referiu que, no ano transato, foi realizada uma reunião entre o Presidente do Conselho de Administração e a Câmara Municipal. Primeiro, o motivo para a não existência de novos cursos, era a falta de dinheiro, posteriormente, já não era este o motivo. Que posição tomou o Município depois de tudo isto acontecer?

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o Município defendeu na CIMAA e na DGEsTE a abertura de dois cursos, conforme a proposta apresentada pela Escola. No entanto, o Diretor da EPAC, posteriormente, desistiu dos mesmos.

A membro Leonor Xavier lembrou que, para a defesa dos serviços públicos, nomeadamente os CTT e o Tribunal, foi criada uma comissão e feitos abaixo-assinados. São situações diferentes. Perguntou depois, como é que se pode ter confiança em alguém que num dia diz sim e no outro já diz não? Em seu entender, é muito complicado para o Concelho a EPAC deixar de funcionar.

O membro Rui Henriques disse que se estava a referir ao novo paradigma daquilo que vão ser os Municípios. Estes vão ser responsáveis e ter um papel e uma voz importante, tanto na saúde como na educação ou na justiça. Qual a posição do Município sobre o ensino profissional?

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o Município está contra o encerramento da EPAC até pelos fatores/qualidades mencionados. A EPAC é um pilar importante ao nível da educação na área do Município de Avis. Sugeriu a discussão deste assunto numa próxima sessão da Assembleia Municipal.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia tomou conhecimento e deliberou voltar a apreciar o assunto em momento posterior.

### 3 – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

3.1 – A membro Anabela Pires interveio na qualidade de munícipe:

a) Está marcada alguma reunião com a Associação de Regantes por causa da seca? Teve conhecimento que esta Associação está a notificar os proprietários para procederem ao pagamento de uma taxa. A propósito desta temática, gostaria de ter conhecimento de eventuais reuniões e de participar nas mesmas.

b) Pretende consultar o processo de licenciamento de construção de um muro e portão com cadeado na Herdade de Fonte Ferreira. Expressou preocupações com esta obra uma vez que a mesma pode consubstanciar o encerramento de caminhos que dão acesso à Albufeira do Maranhão.

c) Gostava que houvesse uma alusão mais forte ao Rei D. João I junto de quem passa por Avis. Solicitou a disponibilização para desencadear os procedimentos necessários a uma melhor publicitação e promoção das Terras do Mestre.

3.2 – Esteve presente o munícipe João Ruivo que interveio sobre o seguinte:

Congratulou o Município por na Biblioteca Municipal ter visto uma senhora de cerca de 80 anos a aprender a fazer os números e a disponibilidade de técnicos para ensinar cada um dos formandos. É uma lição para todos nós. Tocou-o substancialmente.

Afirmou, depois, que o Agrupamento de Escolas de Avis ficou em último lugar, no *ranking*, em 2017, a nível nacional, e, em 2016, no distrito de Portalegre. Ficou preocupado, até porque serão os nossos filhos que irão cá estar daqui a 15/20 anos. Disse que não se pode exigir a um aluno sucesso escolar quando se levanta às 6.30h e regressa a casa às 20.00h. Referiu que não sabe quem é o culpado, mas que os alunos não o são. Se forem motivos pedagógicos que estão na base do insucesso escolar, terão de ser pedidos esclarecimentos à Escola e aos professores; se forem questões relacionadas com famílias desestruturadas, o que é que se pode fazer? Há que discutir o assunto para que os alunos possam melhorar o seu desempenho na Escola. Referiu que há concelhos que têm sistemas de transporte próprio. A responsabilidade é de todos. O que é que pensam os elementos do PS, CDU e PSD sobre este assunto?

#### 4 – APROVAÇÃO EM MINUTA

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta, o seguinte ponto desta ata: 2, alíneas B) a G).

E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, eram vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos, de tudo para constar se lavrou a presente ata.